

no quadro da lei e dos regulamentos e planos em vigor no Turismo de Portugal, I. P.;

e) Autorizar as despesas com as aquisições de bens e serviços, no âmbito do respetivo departamento, até ao limite de Euros 10.000 (dez mil).

2 — Ao abrigo do Despacho referido no número anterior, subdelegou ainda a Diretora Coordenadora da Direção de Gestão Financeira e de Tecnologias, Dra. Paula Alexandra dos Santos Crispim na Diretora do Departamento de Auditoria e Controlo de Gestão da Direção de Gestão Financeira e de Tecnologias, Dra. Ana Sofia Silva, os poderes para, nas suas ausências, faltas ou impedimentos, praticar os seguintes atos:

a) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo orçamento anual, as alterações orçamentais cuja competência esteja cometida ao Instituto, nos termos estabelecidos nas leis do Orçamento de Estado e nos respetivos decretos-lei de execução orçamental, após acordo prévio dos diretores coordenadores das áreas envolvidas;

b) Autorizar a inscrição de fornecedor, na sequência de adjudicação resultante de procedimento concursal autorizado pelo Conselho Diretivo.

3 — Os atos praticados no exercício dos poderes subdelegados nos termos dos números anteriores devem cumprir todas as normas e requisitos legais aplicáveis em cada matéria e enquadrar-se nos limites das respetivas dotações orçamentais aprovadas e devem ser dados a conhecer à Diretora Coordenadora da Direção de Gestão Financeira e de Tecnologias, Dra. Paula Alexandra dos Santos Crispim até ao final de cada mês, mediante a apresentação de uma súmula dos mesmos.

4 — Os limites fixados no presente despacho para efeitos de autorização de despesas incluem IVA.

5 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando ainda ratificados todos os atos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 12 de novembro de 2014.

4 de fevereiro de 2015. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*.

208414356

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Declaração de retificação n.º 139/2015

Por ter saído com inexactidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 19 de janeiro de 2015, a Deliberação n.º 73/2015, relativa à delegação de competências do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., nos Diretores Executivos dos ACES, retifica-se que onde se lê:

«1.4 — Nomear os júris e praticar todos os atos necessários no decurso do período experimental, incluindo a homologação da avaliação final do período experimental dos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da LGTFP.»

deve ler-se:

«1.4 — Coordenar e gerir os processos dos períodos experimentais incluindo a nomeação dos júris e todos os atos necessários no decurso do processo, até ao envio do mesmo para a homologação da avaliação final pelo Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P.»

Na referida Deliberação deve ainda ser considerado sem efeito o ponto 1.19.

2 de fevereiro de 2015. — A Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr.ª Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*.

208416762

Declaração de retificação n.º 140/2015

Por ter sido enviado com inexactidão o Aviso n.º 14293/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 246 de 22 de dezembro, que procede à abertura dos procedimentos concursais comuns para recrutamento de trabalhadores médicos com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ou de contrato de trabalho sem termo ao abrigo do Código do Trabalho, consoante se trate de, respetivamente, estabelecimentos do setor público administrativo ou entidades públicas de natureza empresarial, a Vogal do Conselho Diretivo desta Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do

Tejo, IP, emitiu despacho no sentido de se proceder à sua retificação, nos seguintes termos:

Onde se lê:

«[...]»

5 — Âmbito de recrutamento:

Nos termos do disposto no preâmbulo e n.º 2 do referido Despacho n.º 9737-A/2014, de 28 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 816-A/2014, de 8 de agosto, podem ser candidatos ao presente procedimento, médicos habilitados com o título de especialista na correspondente área profissional de especialização, que contem, preferencialmente, com um mínimo de um ano de experiência profissional, e que não detenham, todavia, qualquer vínculo com o Serviço Nacional de Saúde, ou que, ainda que o detenham, este não tem um caráter indeterminado.

6 — Requisitos de admissão:

«[...]»

6.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, idênticos aos que são objeto dos procedimentos contemplados no presente aviso, e ou, inclusivamente, médicos que, detendo o título de especialista nas áreas de especialização contempladas no presente aviso, detenham vínculo com o Serviço Nacional de Saúde, com caráter indeterminado.»

Deve ler-se:

«[...]»

5 — Âmbito de recrutamento:

Nos termos do disposto no preâmbulo e n.º 2 do referido Despacho n.º 9737-A/2014, de 28 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 816-A/2014, de 8 de agosto, podem ser candidatos ao presente procedimento, médicos habilitados com o título de especialista na correspondente área profissional de especialização, que contem, preferencialmente, com um mínimo de um ano de experiência profissional.

6 — Requisitos de admissão:

«[...]»

6.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, idênticos aos que são objeto dos procedimentos contemplados no presente aviso.»

Da presente retificação resulta nova contagem do prazo para entrega de candidaturas, considerando-se assim 10 dias úteis, a contar da data da publicação da presente declaração de retificação no *Diário da República*.

Contudo, as candidaturas já entregues na Sede desta ARS, nos termos do ponto n.º 8, e na sequência da publicação do aviso de abertura dos procedimentos em apreço, serão aceites e consideradas para os devidos efeitos, não sendo portanto necessária a sua substituição ou apresentação de nova candidatura, em resultado da presente declaração de retificação.

3 de fevereiro de 2015. — A Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Dr.ª Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*.

208413879

Despacho (extrato) n.º 1796/2015

Por despacho da Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 07 de outubro de 2014, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna, nos termos do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, da assistente técnica, Ana Cristina Rodrigues Ascensão Pinheiro, pertencendo ao mapa de pessoal da ARSLVT, I.P./Aces Almada-Seixal, para integrar o mapa de pessoal da ARSLVT/ACES Arrábida.

22 de dezembro de 2014. — A Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Dr.ª Célia Maria Ferreira Tavares Cravo*.

208414307

Despacho (extrato) n.º 1797/2015

Por despacho da Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., de 17 de dezembro de 2014, foi autorizada a consolidação da mobilidade interna, nos termos do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, da assistente técnica, Cláudia Filipa Dias Baião do mapa de pessoal da Direção-Geral da Qua-